A Caixa Econômica Federal atua como importante agente financeiro na aplicação dos recursos do Fundo, sendo ela responsável pelo histórico de sucesso na administração dos recursos e na consolidação de importantes investimentos com vistas a garantir a sua sustentabilidade e o proveito máximo ao trabalhador brasileiro. Sua relevância histórica envolve tanto a importância como “agente operador” - nos termos da Lei 8.036/90 -, quanto, também, o principal “agente financeiro”, sendo hoje responsável por mais de 95% (noventa e cinco por cento) do total de financiamentos realizados com a utilização dos recursos do Fundo e a manutenção da necessária rentabilidade dos recursos aplicados.

De acordo com o Orçamento recentemente aprovado pelo Conselho Curador do FGTS, estima-se, para os próximos quatro anos, a aplicação de cerca de R\$ 330 bilhões de recursos em novas operações de habitação, saneamento e infraestrutura, poderá gerar cerca de 6,7 milhões de postos de trabalho. Prevê-se ainda - segundo informações divulgadas na mídia - que a aplicação desses recursos possa gerar, para o ano de 2018, cerca de 1.749.891 novas vagas; em 2019 e 2020, esse número se eleve para torno de 1.659.900; e, em 2021, mais 1.648.350 novas oportunidades no mercado de trabalho. A medida mostra-se, assim, essencial para a recuperação da economia brasileira e a manutenção do desenvolvimento do país.

Recentemente, entretanto, chegou ao conhecimento do Conselho Curador do FGTS que, por força da interiorização das regras internacionais de regulação bancária (Basileia III), promovidas a partir de diversas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), surge o risco de possível limitação ao mercado de crédito brasileiro, sobretudo para as operações destinadas ao público de baixa renda.

Sendo preocupações primordiais da Caixa Econômica Federal a disseminação de crédito à população carente do país e a obediência irrestrita às normas do CMN, exsurge o interesse da instituição em atender todas as novas exigências regulamentares, ao passo em que luta por garantir a manutenção das operações respectivas. A Caixa Econômica Federal, a esse

respeito, tem adotado diversas medidas com vistas a possibilitar o atendimento das exigências regulatórias, sendo a contratação da referida operação uma das principais alternativas a serem avaliadas.

Entretanto, a par de considerar juridicamente viável e economicamente rentável para o Fundo a referida operação, no desenvolvimento dos debates relacionados ao tema, surgiu a discussão a respeito da competência daquele Conselho Curador em autorizar a materialização da operação pretendida, causando, assim, dúvidas fundadas dos agentes envolvidos.

A respeito da regularidade dessas operações, relevante ressaltar que desde o ano de 2005 já vem sendo firmados Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida entre a Caixa Econômica Federal e o FGTS, todos eles devidamente autorizados pelo Conselho Curador, conforme se verifica nos termos das Resoluções CCFGTS n. 481/2005, 650/2010, 690/2012 e 784/2014, todas elas, inclusive, devidamente validadas pelo Tribunal de Contas da União que, recentemente, analisou a questão por meio do TC 031.505/2015-5, reconhecendo a perfeita validade das operações.

A distinção fundamental entre as operações anteriormente realizadas e aquela que aqui agora especificamente se refere, decorre das condições próprias do instrumento a ser emitido, que, nos termos da Resolução CMN n. 4.192/2013, possui como principais atributos: i) o caráter de perpetuidade; ii) a inexistência de garantias diretamente atreladas ao título; e iii) a previsão de extinção do direito à remuneração, em caso de inexistência de lucro e/ou recursos na conta de reserva de lucros.

Diante das peculiaridades da operação apontada, e, como se verifica, da importância de sua realização para a manutenção das atividades próprias relacionadas à aplicação dos recursos do FGTS, entende-se, assim, necessária a conversão em Lei desta proposição legislativa, como forma de garantir a segurança jurídica de tais operações e afastar, em definitivo, qualquer discussão sobre sua regularidade.

Certo, portanto, de que essa medida representará o aumento do patrimônio de referência da Caixa Econômica Federal, o atendimento às regras internacionais de regulação bancária, a disponibilidade de recursos para crédito, a continuidade dos trabalhos na aplicação dos recursos do Fundo e na consolidação dos importantes investimentos com vistas a garantir a sua sustentabilidade e o proveito máximo ao trabalhador brasileiro, conclamo os ilustres membros do Congresso Nacional a emprestarem o apoio indispensável, para que este Projeto de Lei seja aprovado.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2017.

Deputado FERNANDO MONTEIRO